

Empresa EUROPA

Política Empresarial: notícias e análises

Publicação da Direcção-Geral das Empresa e da Indústria da Comissão Europeia

18

Janeiro–Março de 2005

O desafio da competitividade

PÁGINA 3

**REORGANIZADA PARA
A COMPETITIVIDADE**
Nova organização da DG
das Empresas e Indústria



ENFRENTAR O FUTURO
O sol está a nascer na
indústria fotovoltaica



MERCADO GLOBAL
Trabalhar com afinco para
desenvolver as relações



Comissão
Europeia

EDITORIAL

O desafio da competitividade 3

ENFRENTAR O FUTURO

O sol está a nascer na indústria fotovoltaica 4

REORGANIZADA PARA A COMPETITIVIDADE

Competitividade, coordenação e continuidade 7

A Nova Abordagem celebra 20 anos 8

Incentivar a excelência na inovação regional 10

Educar uma nova geração de empresários 14

Conduzir a indústria automóvel em frente 15

Conseguir a química certa 16



**O Vice-Presidente
Günther Verheugen,
novo Comissário para
as Empresas e a Indústria,
fala sobre a natureza e
as implicações do desafio
da competitividade.**

Uma empresa de dimensão verdadeiramente europeia 18

Atrair jovens para uma indústria madura 19

MERCADO GLOBAL

Trabalhar com afinco para desenvolver as relações 20

UE-Rússia: consolidar relações de vizinhança 21

UE-Índia: cooperação entre as duas maiores democracias do mundo 22

Publicação

Empresa Europa é um boletim gratuito, publicado trimestralmente em 11 línguas pela Direcção-Geral das Empresas e da Indústria da Comissão Europeia

Unidade de Comunicação e Informação da Direcção-Geral das Empresas e da Indústria
Comissão Europeia
Tel. (32-2) 29-66549
Fax (32-2) 29-91926
E-mail: enterprise-europe@cec.eu.int

As fotografias para esta edição foram fornecidas por Thierry Monasse, Soltech, Isofotón, Phönix SonnenStrom AG, Photos.com, PrimeCut, Getty Images, Airbus S.A.S., Shah Electronics, Ron Giling / Still Pictures, Corel e pela Comissão Europeia.

Ilustração de Jean-Michel Delatinne.

Informação editorial

A *Empresa Europa* pretende mostrar como as iniciativas da UE fomentam a competitividade, a inovação, o espírito empresarial e o desenvolvimento sustentável.

europa.eu.int/comm/enterprise/library/enterprise-europe

O nosso sítio web oferece versões electrónicas do presente número e dos números anteriores da *Empresa Europa* e Actualizações de Informação regulares, bem como a assinatura em linha do boletim e de um serviço de alerta por correio electrónico gratuitos.

Mais informações disponíveis em linha:
europa.eu.int/comm/enterprise

Editor: Hugh Barton-Smith

E-mail: enterprise-europe@cec.eu.int

Assinaturas offline:
Comissão Europeia
Empresa Europa
(SC15-1/161)
B-1049 Brussels
Fax (32-2) 29-91926

© Comunidades Europeias, 2005
Reprodução autorizada, mediante menção da fonte.

Nº de catálogo: NB-BH-05-018-PT-C

O desafio da competitividade



© Thierry Monasse

A competitividade é essencial para a sustentabilidade do modelo social europeu. No entanto, sabe-se agora que não só não vamos atingir o objectivo estratégico fixado em Lisboa de sermos a economia mais competitiva e inovadora no ano 2010, o que nos asseguraria um elevado nível de emprego, mas também que nos atrasámos ainda mais em termos de competitividade global. Temos por isso de inverter esta tendência e libertar o potencial europeu, alterando a forma como prosseguimos a Estratégia de Lisboa e concentrando-nos naquilo que é realmente urgente: mais crescimento e emprego.

Temos de aumentar a nossa capacidade de crescer e de criar empregos, melhorando a educação, o conhecimento e a inovação, e assegurar que a Europa continue a ser um lugar atractivo para o emprego, o investimento e a investigação de grande qualidade.

Isto só se pode alcançar com um projecto comum, numa parceria muito forte entre os Estados-Membros e a Comunidade. As forças políticas nacionais têm de desempenhar um

papel mais activo e determinando, por um lado, implementando e acompanhando, por outro, as medidas adoptadas em comum na UE, bem como os seus próprios programas de reformas nacionais. A Comissão utilizará todos os meios à sua disposição para orientar e apoiar este processo, em especial o grupo responsável por contribuir para o Conselho da Competitividade, no qual eu e a Direcção-Geral das Empresas e da Indústria temos um papel importante a desempenhar.

O presente número da Empresa Europa analisa como a Direcção-Geral foi reestruturada para assumir este papel de forma eficaz. Estou certo de que agora temos capacidade para conseguir progressos substanciais nas áreas-chave a que demos prioridade:

Legislar melhor. As empresas precisam de um ambiente regulamentar favorável. Todas as propostas legislativas importantes da Comissão serão sujeitas a um teste de competitividade. É necessário aperfeiçoar a avaliação do impacto e, em relação aos grandes projectos, alargá-la a todo o processo legislativo.

Uma política industrial moderna. Não garantir protecção contra as mudanças estruturais, mas procurar um desenvolvimento orientado para o futuro e encontrar soluções compatíveis para os diversos sectores, a fim de estimular o potencial de crescimento e promover a criatividade inerente à economia.

Pequenas e médias empresas. As PME são a marca da economia europeia, o capital que podemos desenvolver se formos sensíveis às suas necessidades e condições específicas. Devemos sempre interrogar-nos como as propostas afectam a competitividade das PME e resolver as grandes questões do acesso ao financiamento, sucessão e atitudes em relação ao espírito empresarial.

Inovação. Nos últimos anos a Europa teve de debater-se para acompanhar o ritmo, mas temos potencial para reconquistar o terreno perdido. A inovação é essencial para melhorar a competitividade, mas assegura igualmente novas possibilidades às pessoas cujos empregos não resistem às mudanças estruturais.

Temos na UE os meios para sermos a economia mais forte do mundo se trabalharmos em conjunto numa parceria para o crescimento e o emprego. Juntos, conseguiremos fazer face ao desafio da competitividade.

GÜNTER VERHEUGEN
Vice-Presidente da Comissão Europeia
para as Empresas e a Indústria



Uma representação da bandeira europeia concebida por Dang e produzida por Phönix SonnenStrom AG. Com base num módulo ASE 200, o painel produz electricidade suficiente para manter as lâmpadas das estrelas a brilhar, mesmo com muito pouca luz. Este trabalho foi apresentado em 28 de Setembro de 2004 na Conferência «Uma visão da tecnologia fotovoltaica para 2030 e depois».

O sol está a nascer na indústria fotovoltaica

O Sol produz 10 000 vezes mais energia do que toda a Humanidade consome actualmente. Se captássemos apenas uma pequena fracção desta energia (0,01%), em teoria conseguiríamos satisfazer todas as nossas necessidades energéticas. As tecnologias fotovoltaicas (FV) estão a converter a energia dos raios solares, produzindo electricidade para utilizações tão diversas como residências privadas, calculadoras e telefones de urgência nas auto-estradas.

No entanto, é preciso aumentar a investigação e o desenvolvimento para permitir que estas técnicas se tornem muito mais competitivas em relação ao preço da electricidade da rede. A Comissão Europeia vai dar esta Primavera um novo impulso político ao processo, com a criação da Plataforma de Tecnologia Fotovoltaica, um grupo multidisciplinar criado para conceber uma estratégia de desenvolvimento deste modo específico de produção sustentável de electricidade.

Fotovoltaico (FV) pode ser um termo novo para muitos, mas não é uma ciência nova.

Este processo especial de captar a energia solar, transformando directamente a luz do sol em electricidade, foi descoberto em 1839 pelo físico francês Edmond Becquerel (pai de Henri, que deu o nome à unidade de medição da radioactividade). Este trabalho pioneiro foi desenvolvido mais tarde pela indústria aeronáutica, que colocou painéis FV nas naves espaciais para as dotar de electricidade autónoma.

Mas foi nos últimos cinco anos, em grande parte devido à subida dos preços do petróleo e a uma maior consciência da necessidade de proteger o ambiente, que começaram a ser feitos investimentos importantes nesta tecnologia.

As principais vantagens desta forma especial de energia são duas: é amiga do ambiente, produzindo electricidade sem quaisquer emissões de gases com efeito de estufa durante a operação, e ao contrário de outras formas de energia renovável, como a força do vento ou das ondas, pode ser utilizada de modo descentralizado em qualquer local do planeta, uma vez que apenas exige luz, mesmo sem ser intensa.

Em segundo lugar, a energia fotovoltaica pode contribuir para garantir a segurança do aprovisionamento, não ficando os consumidores sujeitos a flutuações de preços ou de fornecimentos por causa dos caprichos da situação internacional – um aspecto importante para a União Europeia, que importa 50% da energia que consome.

Necessidade de reduzir custos

Em 2000, a energia fotovoltaica representou apenas 0,001% da electricidade produzida na Europa e alguns estudos sugerem que até



A tecnologia fotovoltaica coloca energia eléctrica em aparelhos autónomos, como estações meteorológicas, parquímetros, telefones de urgência e, aqui, num painel informativo de uma paragem de autocarros.



Literalmente, fotovoltaico significa «luz-electricidade». «Foto» vem do grego «phos», que significa «luz», e «Volt» do cientista italiano Alessandro Volta, pioneiro no estudo da electricidade.



Mais de 1 000 escolas de zonas rurais isoladas na África do Sul foram electrificadas graças à tecnologia fotovoltaica, permitindo assim o uso de equipamentos audiovisuais e abrindo caminho para o acesso à Internet.

2030 continuará abaixo dos 5%. O único obstáculo que impede uma utilização mais generalizada deste tipo de electricidade é o preço.

Actualmente, 1kWh de FV custa entre 0,30 e 0,60 euros na UE. Os preços variam porque, como é óbvio, é mais barato produzir electri-

cidade FV no Sul da Europa do que no Norte. Mas este valor representa quatro vezes o custo da electricidade doméstica normal.

No entanto, como a tecnologia tem vindo a aperfeiçoar-se, os custos diminuem. Estima-se que a duplicação da produção de painéis FV faça descer o preço 20%. Previsões actuais indicam que a electricidade fotovoltaica competirá com a da rede em 2030 e talvez mais cedo se houver alterações significativas do preço dos combustíveis fósseis.

Segundo algumas previsões, a tecnologia FV permitirá produzir 4% da electricidade mundial em 2030. Olhando ainda mais longe, estima-se que em 2100 a electricidade produzida a partir do sol poderá representar 70% da energia mundial.

A Comissão associa-se

A Comissão apoia activamente o desenvolvimento da tecnologia fotovoltaica, considerando-a uma das prioridades do programa de sistemas de energias sustentáveis, e contribuiu com mais de 250 milhões de euros para a investigação nesta área desde os anos 80.

Em Dezembro de 2003, a Comissão passou desta ajuda financeira para um apoio político mais vasto, criando o Conselho Consultivo de Investigação da Tecnologia Fotovoltaica – um órgão que reúne representantes de toda a cadeia de produção e distribuição, a comunidade científica, o sector da construção e organismos governamentais.

A sua missão é contribuir para o rápido desenvolvimento de uma indústria FV europeia de nível mundial, e competitiva em termos de custo, que produza electricidade sustentável, elaborando uma visão para 2030 e depois. O seu relatório preliminar*, publicado no Outono passado, indicou o potencial desta

* «Uma Visão da Tecnologia Fotovoltaica para 2030 e depois: relatório preliminar do Conselho Consultivo de Investigação da Tecnologia Fotovoltaica».

tecnologia e identificou os principais obstáculos técnicos e não técnicos à sua aplicação.

Recomendou especificamente a criação de uma Plataforma Europeia de Tecnologia FV, na mesma linha da Plataforma para as Tecnologias do Hidrogénio e das Células de Combustível, criada em Dezembro de 2003 (ver *Empresa Europa* nº 16), que reuniria representantes do mundo da ciência, da indústria e da política para conceberem iniciativas, programas e políticas relacionados com a tecnologia FV.

A DG das Empresas e Indústria está associada a este processo, trabalhando com associações do sector FV – em especial a Associação Industrial Europeia do Sector Fotovoltaico – para analisar os aspectos industriais envolvidos e financiando estudos de viabilidade. Assegura também a tomada em consideração pela nova tecnologia de factores económicos e de desenvolvimento sustentável, para que ao chegarem ao fim da sua vida natural, no prazo de 30 anos, os painéis sejam facilmente reciclados.

Energia descentralizada

É óbvio que a nova tecnologia FV beneficia as empresas que a desenvolvem. Se conseguirem implantar-se neste mercado emergente melhorarão a sua posição competitiva.

Actualmente é o Japão, cujo governo apoia activamente a tecnologia, o líder mundial, com 45% do mercado global. As empresas europeias, cuja produção ultrapassou a dos EUA em 2002, vêm em segundo lugar, com 28%. Das 10 maiores empresas mundiais neste sector, 5 são europeias, 4 japonesas e 1 americana.

A energia FV já é competitiva nalguns casos. Uma das suas principais vantagens é que a electricidade que produz pode ser independente da rede nacional, o que é muito importante para as pessoas e empresas que



A instalação fotovoltaica do Centro de Exposições de Munique produz até 2 megawatts de electricidade por ano.

A tecnologia fotovoltaica oferece aos consumidores industriais uma forma de electricidade que garante o abastecimento a longo prazo e é amiga do ambiente

estão instaladas em zonas isoladas e têm dificuldade em ligar-se às redes de electricidade, e beneficia especialmente os países em desenvolvimento.

A produção local de electricidade FV pode contribuir para satisfazer as duas prioridades definidas na Cimeira Mundial de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, que são as energias renováveis e a garantia do abastecimento de água potável: a energia é necessária para extrair a água da terra, para a transportar e para a purificar.

A electricidade FV também é utilizada em certos nichos de mercado: em relógios, calculadoras, parquímetros e nos telefones de urgência das auto-estradas. Os fabricantes de carros de luxo estão a instalar esta tecnologia no tecto dos veículos para alimentar os sistemas de ar condicionado.

Mas onde se vêem mais painéis FV talvez seja em residências

particulares. É o que acontece sobretudo na Alemanha, onde os custos para os particulares são baixos graças a um sistema tarifário em que a rede nacional compra a electricidade FV produzida por essas residências.

Em resultado, no espaço de quatro anos o mercado aumentou dez vezes e os preços sofreram uma redução de 20%. A Alemanha representa agora quase 90% da electricidade FV instalada na Europa. A Espanha e Flandres (norte da Bélgica) estão a preparar-se para implementar sistemas idênticos.

A tecnologia fotovoltaica oferece aos consumidores industriais uma forma de electricidade que garante o abastecimento a longo prazo e que, sendo amiga do ambiente, respeita os princípios da responsabilidade social das empresas. Esta tecnologia também satisfaz os dois critérios de desenvolvimento sustentável estabelecidos há quase vinte anos: ser benéfica para as gerações futuras e para as gerações actuais em todo o mundo.

ALEXANDRE D'ANGELO

@ CONTACT:
ENTR-ENVIRONMENT-ASPECTS@cec.eu.int

 europa.eu.int/comm/research/energy/photovoltaics/introduction_en.html

REORGANIZADA PARA A COMPETITIVIDADE

Para dar resposta às prioridades fixadas pelo Vice-Presidente da Comissão Günter Verheugen, a Direcção-Geral das Empresas e da Indústria reorganizou os seus serviços em Janeiro, a fim de assumir o desafio de facilitar uma maior competitividade das empresas europeias.



© Photos.com

A Empresa Europa falou com o Director-Geral Horst Reichenbach, o arquitecto da nova estrutura, sobre a lógica que presidiu às mudanças e as oportunidades que estas irão proporcionar às empresas e à indústria na Europa.



© Comissão Europeia

Competitividade, coordenação e continuidade

Horst Reichenbach considera-se feliz com os recursos que dirige desde Outubro último: «Estou impressionado com a qualidade. E também o Vice-Presidente Verheugen. Ele teve a experiência concreta na preparação da sua audição de confirmação. Mas em termos políticos talvez a visibilidade não tenha sido tão grande como merecia».

Criar núcleos emblemáticos

Para tratar dessa questão foi criado um grupo de trabalho a quem caberá identificar as principais áreas de enfoque futuro. «Lançámos a ideia de núcleos emblemáticos para dar maior visibilidade às prioridades, tanto na Direcção-Geral como para o mundo exterior. São um centro de esforço particular, que podem liderar pelo exemplo. São também importantes áreas de políticas. Por exemplo, os sectores químico e automóvel representam o eixo central de grande parte do tecido industrial europeu. Além disso, queremos dar-lhes visibilidade e importância política».

NOVA ORGANIZAÇÃO DA DG DAS EMPRESAS E INDÚSTRIA

A Direcção-Geral das Empresas e da Indústria está agora estruturada em três pilares – Competitividade e Política Industrial, Competitividade e Espírito Empresarial e Competitividade, Mercado Interno de Bens e Políticas Sectoriais. Os quadros a seguir mostram como cada pilar agrupa as direcções que tratam de áreas políticas específicas.

Ao preparar a nova organização da Direcção-Geral, Horst Reichenbach guiou-se por três considerações principais: «Uma era dar maior relevo à competitividade. Para isso assentei a estrutura em três pilares, tendo cada um como tema a competitividade. Segundo, tendo em conta o novo papel do Comissário como Presidente do Grupo de Comissários para o Conselho da Competitividade, é preciso reforçar a nossa capacidade de coordenação. Terceiro, quis preservar a estabilidade da nossa actividade, mantendo o mais possível as boas equipas que temos em muitas áreas. Portanto, basicamente três 'C': competitividade, coordenação e continuidade».

Alcançar os objectivos de Lisboa

A concepção de Horst Reichenbach pretende dar um contributo significativo para o novo esforço da Comissão Barroso de alcançar as metas fixadas no Conselho Europeu de Lisboa há cinco anos: «Toda a estrutura está muito orientada para os objectivos de Lisboa.

Como o emprego e o crescimento só podem ser obtidos aumentando a competitividade da indústria europeia, em especial, e a competitividade económica, em geral, o Conselho da Competitividade terá um papel mais importante na definição da estratégia futura. O Vice-Presidente Verheugen será responsável, na função de coordenador, por se conseguir uma abordagem global da Comissão. Tendo isto em mente, estamos a criar uma série de funções para reflectirem a evolução política noutros serviços».

Dar maior relevo à competitividade

Além de coordenar o contributo da Comissão para o Conselho da Competitividade, Günter Verheugen também é Vice-Presidente do Grupo de Comissários para a Estratégia de Lisboa, o que dá à Direcção-Geral um papel importante na

preparação da comunicação da Comissão sobre a análise intercalar desta estratégia.

Outro aspecto importante é a mudança de atitude relativamente à política industrial desde o início da DG da Empresa. Horst Reichenbach salienta: «O pensamento mudou, não só no interior da Comissão, mas também nos Estados-Membros. Verifiquei isso em debates com grupos de alto nível e outros representantes. Há cinco anos dava-se muito menos atenção aos aspectos sectoriais da política empresarial e industrial. Agora vê-se que é preciso um conhecimento profundo dos diferentes sectores, para além de uma política industrial geral. É preciso ver como é que se podem associar as políticas comunitárias e nacionais para ajudar os sectores, quer porque estão a passar por períodos de transição muito difíceis, como é o caso neste momento da indústria têxtil, quer para maximizar o seu potencial de crescimento, como na biotecnologia e na nanotecnologia».

COMPETITIVIDADE E POLÍTICA INDUSTRIAL

COORDENAÇÃO DA COMPETITIVIDADE

Desenvolve e coordena a política empresarial e industrial, colaborando com outros serviços da Comissão e instituições da UE, nomeadamente na política de concorrência e relações internacionais (*ver p. 20*). ≡

POLÍTICA INDUSTRIAL E REFORMAS ECONÓMICAS

Consagrada aos grandes motores económicos da competitividade, em especial aos que afectam a indústria, e com responsabilidade global pela avaliação do impacto e pela ligação do desenvolvimento sustentável à competitividade (*ver p. 4*). ≡

POLÍTICA REGULAMENTAR

Responsável pela harmonização técnica e pela política geral da livre circulação de bens, aplicação dos princípios de legislar melhor através do acompanhamento da legislação nacional, da promoção da normalização como apoio ou substituto de regulamentos e do desenvolvimento do reconhecimento mútuo e da Nova Abordagem (*ver p. 10*). ≡



Este ano, a «Nova Abordagem em matéria de harmonização técnica e de normalização» celebra 20 anos de legislar melhor ao serviço da economia europeia.

Em 1985, o Conselho de Ministros adoptou uma resolução que deu um novo impulso à legislação em matéria de produtos, através da Nova Abordagem. Esta combina requisitos legislativos mínimos para proteger a segurança pública com especificações técnicas, habitualmente normas, aprovadas por peritos nesse domínio.

Desde então este tipo de legislação foi aplicado a uma série de produtos: aparelhos electrodomésticos, dispositivos eléctricos, máquinas, equipamentos de pressão, brinquedos, materiais de construção, dispositivos médicos, instrumentos de medição, elevadores, embarcações de recreio e equipamentos de protecção pessoal.

A legislação aperfeiçoada e simplificada alarga o mercado único, como se salienta no recente relatório do grupo Wim Kok sobre a estratégia de Lisboa de crescimento e emprego: «Facilitar a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais num espaço sem

fronteiras internas é um mecanismo fundamental que gera crescimento económico».

A força da Nova Abordagem reside na sua simplicidade e flexibilidade. O legislador garante a protecção do interesse público; o fabricante respeita-o, aplicando normas claras. E como as normas podem ser actualizadas mais depressa do que a legislação, os desenvolvimentos tecnológicos podem ser integrados mais facilmente nos requisitos regulamentares. Isto reduz o impacto negativo de regras desactualizadas para a competitividade e garante que a Nova Abordagem ainda será nova daqui a vinte anos. ≡

GEORGIOS ANTONIOU

@ CONTACT:
ENTR-REGUL-COORD-MRA@cec.eu.int

 europa.eu.int/comm/enterprise/newapproach/index.htm

Foi este raciocínio que presidiu à transferência de competências em matéria das tecnologias do espaço e da segurança das DG da Investigação e Sociedade da Informação para a DG das Empresas e Indústria.

Horst Reichenbach explica: «Penso que a visão do novo Presidente sobre as questões relacionadas com o espaço e a segurança é que os aspectos da política industrial são fundamentais, num certo sentido. Mas a I&D continua a ser um instrumento importante da política industrial e nós congratulamo-nos com os passos úteis dados pela DG da Investigação para criar plataformas tecnológicas, nas quais também colaboramos».

Manter uma concorrência equitativa

Outro ponto é a transferência de competências em matéria de livre circulação de bens da DG do Mercado Interno. «Isto significa que agora temos duas direcções-gerais para o mercado interno. A nossa ocupa-se do mercado interno dos bens, em todos os aspectos, e da normalização, enquanto a do 'Mercado Interno e Serviços' trata do mercado interno dos serviços e de outras questões horizontais importantes, como a propriedade intelectual. O comércio no interior da Europa é muito superior ao comércio com o mundo exterior e a indústria exige maior vigilância dos mercados, que garanta que os Estados-Membros aplicam as directivas de forma idêntica, para minimizar encargos adicionais provocados pelas regras de execução nacionais. Agora temos um conjunto de instrumentos para garantir que a indústria tem o nível concorrencial que pretende e para aumentar a força do mercado interno como

* JOVEM DE 20 ANOS

principal motor da competitividade na Europa».

A avaliação do impacto tem de evoluir para um maior grau de maturidade

A Direcção-Geral acrescentou a palavra «indústria» ao seu nome. Horst Reichenbach salienta as grandes implicações do novo enfoque: «As diferentes vertentes de uma política industrial moderna passam por criar o enquadramento necessário ao desenvolvimento das empresas e da indústria e trazer para a Europa empregos e valor acrescentado. Aqui inserem-se as medidas para legislar melhor e as políticas de concorrência e de comércio, bem como a investigação, inovação e financiamento».

Legislar melhor

Em resposta ao apelo do Vice-Presidente Verheugen para um maior esforço na qualidade da regulamentação, Horst Reichenbach vai dar muita atenção à política regulamentar: «Temos três situações a nível comunitário: os regulamentos em vigor, os regulamentos em curso de apreciação e a legislação em preparação. Quanto a esta, considero que a ênfase dos últimos anos na avaliação do impacto tem de evoluir para um maior grau de maturidade. No que respeita aos regulamentos em vigor, seremos pró-activos na procura de possibilidades de simplificação e redução. E precisamos de olhar de perto para a legislação em curso de apreciação, para ver se ainda é necessária ou se precisa de ajustamentos para aumentar as possibilidades da sua aprovação pelo Conselho e pelo Parlamento».

Horst Reichenbach considera que uma melhor avaliação do impacto introduz grandes mudanças na forma como a legislação é tratada: «Na Comissão anterior já se deram passos no sentido de mais consultas públicas e avaliações do impacto, mas foi tudo muito lento e houve alguma inércia. Assim, o rigor com que esta Comissão aplicará esta abordagem é importante do ponto de vista político e esta Direcção-Geral tem de liderar pelo exemplo. Com o REACH, as DG da Empresa e Ambiente actuaram em conjunto e com uma avaliação do impacto permanente. A proposta inicial já tinha uma avaliação, mas nós fomos mais longe e obtivemos um interesse do público excepcional, numa consulta muito alargada sobre os vários aspectos técnicos».

Outro exemplo é a criação de um grupo de alto nível para o sector automóvel: «Também aqui tínhamos de dar o exemplo, mostrando a nossa preocupação pelo impacto agregado da legislação num determinado sector. No passado eram adicionadas diferentes camadas de legislação e era feita uma avaliação do impacto para cada uma. Contudo, num

dado momento é preciso medir o ónus total que isto representa para a indústria. Essa é uma das tarefas do grupo de alto nível».

A inovação é realmente o mecanismo prioritário de uma política industrial moderna

«A inovação é realmente o mecanismo prioritário de uma política industrial moderna», afirma Horst Reichenbach, «e temos de ser mais pró-activos nesta área». Explica que a nova Direcção da Política da Inovação impulsionará a criação de maior valor acrescentado na Europa, através da inovação, no sentido mais lato, e não apenas pela adopção dos resultados da investigação, mas também através de ideias e processos inovadores mais gerais. Está a ser preparado um programa de sete anos para a competitividade e inovação, com um orçamento de 4 mil milhões de euros, e a meio do ano será elaborado um plano de acção

COMPETITIVIDADE E ESPÍRITO EMPRESARIAL

POLÍTICA DA INOVAÇÃO

Consagrada ao desenvolvimento de um quadro de apoio à inovação a nível europeu, trata do desenvolvimento das políticas, supervisão das TIC, acesso ao financiamento e redes de apoio à comunidade da inovação (ver p. 14). ≡

PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE DAS PME

Tendo por objectivo melhorar o ambiente empresarial das PME, controla a implementação da Carta das Pequenas Empresas, gere a rede de Euro Info Centros e promove actividades de incentivo ao espírito empresarial (ver p. 15). ≡



para a inovação que especificará o que se pode fazer a nível comunitário e nacional. Neste contexto, serão também importantes novas orientações para os auxílios estatais.

«Os Estados-Membros estão muito interessados em nichos de inovação, como pequenos ‘Silicon Valleys’. Muitos países já possuem centros, muitas vezes criados com a ajuda dos Fundos Estruturais, mas a sua ligação através da Europa irá multiplicar o seu impacto e eficácia. Os nichos também se podem especializar nalgumas importantes tecnologias futuras, acrescentando uma dimensão sectorial à regional. Do mesmo modo, a inovação é muitas vezes dificultada por insuficiente financiamento. Esta é para nós uma grande preocupação, em especial no que se refere às necessidades das pequenas e médias empresas, quer em termos do acesso a capitais de risco, quer no que respeita ao acordo de Basileia 2, que não deve influenciar negativamente as possibilidades de as PME terem acesso a capitais para financiar a inovação».

Abordagem favorável às PME

A política das PME já está bem definida e Horst Reichenbach manteve grande parte da estrutura anterior: «Talvez não se tenha dado ênfase ou suficiente visibilidade política a algumas das nossas realizações, mas já se está a fazer muito para promover a competitividade nas PME. Trabalhamos com os Estados-Membros na Carta Europeia das Pequenas Empresas, que conduziu, por exemplo, a um aumento significativo do ritmo de criação de PME. Gerimos uma rede de apoio na Europa com cerca de 300 Euro Info Centros, que oferecem informação e assistência valiosas às PME sobre todas as questões da UE.

Aproximar ainda mais a política das PME das suas necessidades reais

E há o nosso Representante para as PME, cuja função é assegurar um tratamento favorável às PME em todas as políticas da UE. Vamos reforçar esta função para aproximar ainda mais a política das PME das suas necessidade reais». Reichenbach salienta o acordo especial que está em apreciação e que dará às PME do sector farmacêutico um acesso muito mais fácil à Agência Europeia de Avaliação dos Medicamentos (AEAM), permitindo-lhes obter a certificação europeia para os seus produtos a custo reduzido e beneficiar da assistência técnica da AEAM.

Outros exemplos de continuidade são a legislação sobre manipulação de bens de consumo, em

que os medicamentos partilham o primeiro plano com a indústria automóvel. Horst Reichenbach acrescenta: «Temos um novo regulamento sobre medicamentos que entra em vigor este Outono e há várias medidas de execução a adoptar. Uma, com importância directa para os consumidores, é a autorização a prazo de certos medicamentos que ainda não concluíram a fase clínica, mas em relação aos quais existem indicações claras de elevado valor terapêutico. Isto permitirá que as pessoas susceptíveis de beneficiar destes medicamentos os obtenham mais cedo. Igualmente importantes são as medidas para assegurar a segurança dos consumidores. Juntamente com a AEAM, estamos a incitar os Estados-Membros a acelerarem a criação de um registo europeu dos efeitos secundários dos medicamentos. Também estamos a trabalhar na engenharia de tecidos, que pode ser útil em certas terapias. Além disso, o Conselho pediu que fosse feita

COMPETITIVIDADE, MERCADO INTERNO

BENS DE CONSUMO

Gere a legislação e supervisiona as indústrias automóvel (ver p. 16), farmacêutica e cosmética e é responsável pelos sectores da alimentação e da biotecnologia. ≡

PRODUTOS QUÍMICOS E CONSTRUÇÃO

Gere a legislação das indústrias química e da construção, sendo responsável pela proposta do REACH (ver p. 17), e acompanha a competitividade destas indústrias. ≡

uma análise da legislação sobre dispositivos médicos, para atender à grande variedade de produtos que chegam ao mercado».

Procurar ajudar a reestruturação industrial

A liberalização este ano do comércio internacional no sector dos têxteis constitui uma fonte de preocupações: «Temos de acompanhar de perto o crescimento das exportações chinesas para ver se tal corresponde a uma situação de comércio justo, em especial em matéria de contra-facção. Isso não impedirá a perda de alguns postos de trabalho, mas esperamos pelo menos limitar essas perdas e repartir o choque do ajustamento por um período de tempo razoável. As mudanças implicam a perda de alguns empregos e a criação de outros. Mas muitas vezes estes ajustamentos concentram-se regionalmente e pergunto-me se não podemos aprender com o início da integração europeia,

com o velho Tratado CECA, onde já se previam instrumentos para a reconversão dos trabalhadores e para empréstimos a zonas especialmente afectadas pela reestruturação. Estamos a reflectir, juntamente com a DG do Emprego, se a Comunidade não poderá ter um papel mais activo no acompanhamento dos penosos processos de reestruturação».

Saber escutar é muito importante

Em resumo, Horst Reichenbach está confiante no novo ímpeto da Comissão: «A visão do Presidente Barroso já teve um efeito considerável nos intervenientes e noutras instituições. Em especial, o agrupamento de interesses industriais sectoriais, mais a UNICE, criou uma plataforma para debater a qualidade da regulamentação. Esta formulação do interesse dos intervenientes vai permitir-nos

debater com eles novas abordagens. Saber escutar é muito importante e já no passado, através de grupos de alto nível, esta foi uma das nossas formas de cooperar com as empresas, a indústria e os parceiros sociais. A Comissão tem a obrigação e a função de ver onde estão os verdadeiros problemas e o que é preciso fazer para atingir os principais objectivos fixados para o crescimento e o emprego. Embora considere que seria errado limitar-nos a repetir o que a indústria diz, temos de dar atenção às preocupações genuínas e justificadas, e contribuir, com o nosso conhecimento especializado das empresas e dos diferentes sectores, para o processo conjunto de tomada de decisões na Comissão e nos debates com os Estados-Membros».

A Direcção-Geral das Empresas e da Indústria articulará esses interesses e procurará soluções para eles através da cooperação com outros departamentos e instituições da UE. É uma tarefa que Horst Reichenbach acredita firmemente que «será muito facilitada pela forte orientação que estamos a receber do Presidente Barroso e do Vice-Presidente Verheugen».

DE BENS E POLÍTICAS SECTORIAIS

**INDÚSTRIA AEROESPACIAL,
SEGURANÇA, DEFESA E EQUIPAMENTO**

Responsável pelas indústrias aeroespacial (*ver p. 18*), de defesa e marítima, pela política espacial, investigação e aplicações espaciais e investigação em matéria de segurança, bem como pelos equipamentos mecânicos, eléctricos e de pressão.

**INDÚSTRIAS DE BASE E DO
DESIGN, TURISMO E IDABC**

Acções de controlo e de coordenação para reforçar a competitividade das indústrias metalúrgica, das matérias-primas básicas e dos produtos florestais (*ver p. 19*), bem como dos têxteis e outras indústrias do design e turismo, sendo responsável pela promoção da Responsabilidade Social das Empresas e pelos Serviços Europeus de Administração em Linha (IDABC).

Incentivar a excelência na inovação regional

Um dos pontos mais importantes do calendário da inovação é o Fórum Europeu das Empresas Inovadoras. Realizado de dois em dois anos, este evento constitui uma mostra importante da inovação empresarial.

Para continuarem a ser competitivas, as empresas europeias têm de inovar. É um processo que a Comissão incentiva fortemente, não se limitando a criar uma política europeia da inovação só por si, mas ajudando a coordenar actividades transfronteiras e chamando a atenção para as descobertas realizadas. Neste contexto, procura vias de cooperação não exploradas e promove intercâmbios que de outro modo não se fariam.

A Direcção-Geral das Empresas e da Indústria realiza este trabalho através de uma série de redes, como as dos Centros de Inovação e das Regiões Inovadoras da Europa. Mas o motor das regiões na frente da inovação é a Acção-piloto de excelência em matéria de novas empresas inovadoras (PAXIS).

Esta acção liga 22 regiões em toda a União, para as ajudar a identificar e partilhar boas práticas e criar redes de «business angels» ou de fundos de capital de arranque para empresas inovadoras.

As regiões são em geral consideradas como a chave de muitos dos factores que contribuem para a

inovação. Como estão mais perto das empresas, em muitos casos estão mais bem colocadas do que as autoridades nacionais ou europeias para interagir directamente com elas.

O fórum bienal – o último realizou-se em Estugarda e Karlsruhe, de 5 a 7 de Dezembro de 2004, e atraiu mais de 400 participantes – é o símbolo mais visível desta cooperação. Constitui uma ocasião única para as empresas, consultores de transferência de tecnologias, autoridades locais e políticos de toda a Europa debaterem oportunidades, procurarem sinergias e aprenderem uns com os outros.

Os participantes também analisaram as futuras tendências da inovação europeia. Pensa-se que haverá maior ênfase na necessidade de criar redes multilaterais entre os pólos industriais da Europa, em vez de estabelecer contactos bilaterais entre centros. Será dada mais atenção às análises das diferentes necessidades sectoriais em termos de política de inovação para determinar os vários obstáculos e desafios a que há que fazer frente.



© Empresa Europeia

O prémio da Excelência na Transferência da Inovação representa duas cadeiras face a face para simbolizar o diálogo.

Os aperfeiçoamentos serão integrados no futuro Programa de Competitividade e Inovação (PCI), cuja chegada coincide com a criação na DG das Empresas e da Indústria de uma nova direcção consagrada especificamente à inovação. Esta inclui serviços responsáveis pelo desenvolvimento da política de inovação, pelas redes de inovação, pelo acesso ao financiamento e às TIC e pelo comércio electrónico.

O fórum é igualmente um veículo de reconhecimento da excelência. Seis regiões receberam um prémio de Excelência em Transferência da Inovação: Emília-Romagna, Ródano-Alpes, Karlsruhe, Helsínquia, Oxfordshire e Estugarda.

Neste momento já se está a pensar no fórum de 2006, havendo regiões que já manifestaram interesse em acolher o evento. ■

CESAR SANTOS GIL

@ CONTACT:
ENTR-INNOVATION-POLICY@cec.eu.int

 www.cordis.lu/paxis/src/home.htm

Educar uma nova geração de empresários

Não é só agora que o espírito empresarial precisa de ser promovido. Tem de ser fomentado para o futuro. Para desenvolver as necessárias competências e uma mentalidade de empresário, a Comissão incentiva e apoia diversas iniciativas educativas, nomeadamente a possibilidade de alunos do ensino secundário dirigirem mini-empresas ou empresas virtuais.



PrimeCut, uma mini-empresa suíça, venceu em 2004 o Prémio da Empresa Europeia do Ano da «Junior Achievement-Young Enterprise» (Malta, 22-25 de Julho de 2004). O produto da PrimeCut foi um cinto da moda fabricado com jornais antigos de vários países.

O espírito empresarial precisa de ser entendido no seu sentido mais lato, uma vez que as qualidades pessoais que envolve – criatividade, iniciativa, responsabilidade, assunção de riscos e independência – têm uma importância que ultrapassa o simples quadro empresarial.

No ensino primário alguns programas já combinam estas qualidades com uma ideia simples de actividade empresarial. No ensino secundário, os alunos podem experimentar na prática o espírito empresarial, enquanto na universidade e nos institutos técnicos os estudantes aprendem a elaborar planos empresariais e a reconhecer oportunidades comerciais.

A maior parte dos países europeus assumiu o compromisso político de promover a educação do espírito empresarial. Trata-se de uma área relativamente nova, e aprender com a experiência uns dos outros é muito importante. A Comissão, como coordenadora e facilitadora, pode dar um valioso apoio divulgando exemplos de boas práticas, identificando factores de sucesso, organizando avaliações comparativas e dando assistência às políticas nacionais.

Existem por todo o continente muitas iniciativas eficazes. O problema está em divulgar a sua existência.

Em 2002, um projecto do Procedimento Best analisou formas de promover a educação do espírito empresarial, do ensino primário à universidade. Seguiu-se-lhe uma iniciativa, concluída dois anos mais tarde, que analisou estratégias e metodologias para o ensino do espírito empresarial nas escolas primárias e secundárias de 26 países europeus.

A experiência revela a importância de uma cooperação bem estruturada entre diferentes serviços governamentais, nomeadamente da área da indústria e da educação, e a necessidade de incluir o ensino do espírito empresarial no currículo nacional, como acontece na República Checa, Espanha, Irlanda, Luxemburgo, Polónia, Finlândia e Noruega.

No entanto, as escolas e os professores também precisam de incentivos e de apoio para introduzir estes programas nas aulas. Em muitos países são ONG, patrocinadas por parceiros privados ou apoiadas por autoridades públicas, que promovem programas do tipo

«aprender fazendo». Estes confirmam que uma das formas mais eficazes de educação do espírito empresarial consiste em os estudantes experimentarem na prática a vida empresarial, criando uma empresa real ou virtual durante o ano escolar.

Por exemplo, cerca de 600 000 estudantes europeus participam anualmente no programa «Empresa de Estudantes», promovido pela associação europeia «Junior Achievement-Young Enterprise». Criam e administram as suas mini-empresas num ambiente controlado, fabricando e vendendo verdadeiros produtos e serviços e tomando as decisões necessárias para que as empresas tenham sucesso.

Esta experiência ensina a trabalhar em equipa, melhora as competências de comunicação, desenvolve o entusiasmo e a autoconfiança e incentiva os alunos a utilizarem o espírito de iniciativa e a assumirem responsabilidades – todos os pré-requisitos para a geração da competitividade. ■

SIMONE BALDASSARI

@ CONTACT:
ENTR-REGUL-COORD-MRA@cec.eu.int

 europa.eu.int/comm/enterprise/entrepreneurship/support_measures/training_education/index.htm

Conduzir a indústria automóvel em frente

A indústria automóvel europeia é um elemento importante na competitividade global do continente. As suas exportações e vendas a nível mundial são elevadas e está bem posicionada para beneficiar dos principais mercados emergentes, como a China. Mas também tem muitos desafios pela frente.

Parte da força da indústria automóvel da UE provém do facto de as suas despesas em I&D terem aumentado entre 1995 e 2000. Pelo contrário, nos seus rivais dos EUA e do Japão, diminuiu.

Todavia, o quadro global é mais complexo. A produtividade europeia é mais baixa do que a dos EUA e do Japão e os custos laborais são mais elevados do que nestes últimos países. A indústria tem de fazer face a um excesso de capacidade no seu mercado interno e a importantes desafios tecnológicos, como o desenvolvimento da tecnologia das células de combustível.

Para ajudar os fabricantes europeus de automóveis a enfrentar e ultrapassar estes desafios, o Comissário para as Empresas e a Indústria, Günter Verheugen, criou um novo grupo de alto nível, CARS 21 (Competitive Automotive Regulatory System for the 21st Century).

Este grupo inclui deputados europeus e nacionais e representantes da indústria e da sociedade civil. Irá analisar o modo de reforçar a competitividade global do sector, de melhorar o enquadramento político e regulamentar da indústria e determinar como poderão

CARS 21*
Competitive Automotive Regulatory System for the 21st century

as empresas europeias beneficiar da vantagem de antecipação dos avanços da inovação.

Apostar na globalização não significa que a Comissão vai esquecer o mercado único

Já estão em marcha ações para sustentar a competitividade de um sector que é verdadeiramente internacional e que por isso exige um quadro regulamentar global. Incluem esforços para continuar a alinhar a legislação europeia pela regulamentação das Nações Unidas adoptada no Fórum Mundial da ONU para a Harmonização da Regulamentação dos Veículos.

Este exercício deve permitir que a indústria se concentre num conjunto de requisitos técnicos, o que tornará a indústria automóvel europeia ainda mais competitiva, visto que os países de fora da UE que admitirem a regulamentação da ONU têm de aceitar as peças de veículos que respeitarem essas normas.

Apostar na globalização não significa que a Comissão vai esquecer o mercado único. Estão em curso muitas iniciativas, mesmo em áreas tão delicadas como os incentivos fiscais. A Comissão publicou recentemente um documento de trabalho que dá orientações aos Estados-Membros que tencionam conceder incentivos fiscais aos veículos a diesel com baixas emissões de partículas. Pretende-se assim evitar medidas nacionais que fragmentem o mercado da UE em relação a esses veículos e prejudiquem a competitividade da indústria.

CHRISTOPHE KAUTZ

@ CONTACT:
ENTR-AUTOMOTIVE-INDUSTR@cec.eu.int

 europa.eu.int/comm/enterprise/automotive/index_en.htm

* Cars 21 - ett konkurrenskraftigt regelverk för bilindustrin för det 21:a århundradet

Conseguir a química certa

Como todo o sector químico está fortemente regulamentado, um grande desafio que se coloca no futuro próximo será assegurar uma transição suave da legislação em vigor para a nova política de produtos químicos – o regime REACH.



© Getty Images

REACH (Registo, Avaliação e Autorização de Produtos Químicos) irá reformar totalmente a regulamentação das substâncias químicas na União. É um dos actos legislativos mais importantes e de maior alcance já propostos pela Comissão e atraiu um enorme interesse, como provam as mais de 6 000 respostas a uma consulta via Internet aquando da sua elaboração.

A proposta pretende conciliar diferentes objectivos. Tal exige um equilíbrio entre a competitividade da indústria europeia, o aprovisionamento do mercado interno em produtos químicos e o impulso da inovação, por um lado, e a protecção da saúde pública e do ambiente, por outro.

O impacto deste pacote vai além do sector químico europeu, porque toda a indústria transformadora utiliza produtos químicos em diferentes formas, e fará sentir a sua presença no comércio internacional. O REACH é um teste importante da abordagem da União em relação ao desenvolvimento sustentável e à estratégia de Lisboa, e constitui um dos principais objectivos políticos

da Comissão em termos de competitividade, inovação e pequenas e médias empresas europeias.

Com o REACH, as empresas terão maior responsabilidade na gestão dos riscos dos produtos químicos e na prestação de informações sobre a segurança das substâncias. As empresas que fabriquem ou importem mais de uma tonelada de qualquer substância química terão ainda de registar as informações pertinentes numa base de dados central.

Enquanto a proposta é debatida no Conselho de Ministros e no Parlamento Europeu, a Direcção-Geral das Empresas e da Indústria está a analisar atentamente as diferentes alterações propostas, atendendo ao seu impacto na competitividade, nos custos e na viabilidade da indústria.

A Comissão está igualmente a colaborar com os intervenientes para desenvolver e implementar uma estratégia intercalar, que permita que o novo sistema esteja pronto e a funcionar no momento da entrada da legislação em vigor. Isto implica conceber o software e hardware

necessários (designados REACH-IT), preparar orientações práticas para a indústria e para os Estados-Membros sobre o funcionamento do sistema, e criar a Agência dos Produtos Químicos prevista na proposta.

A Comissão já realizou uma avaliação alargada do impacto da proposta, para determinar os custos e benefícios em causa. Na sequência de um seminário que apontou a necessidade de proceder a análises complementares, a Comissão está agora a trabalhar com os intervenientes para apreciar o impacto sobre partes específicas da indústria, com a ajuda de estudos de casos. Os resultados estão previstos para o final de Março.

GRAHAM WILLMOTT

@ CONTACT:
ENTR-REACH@cec.eu.int

 europa.eu.int/comm/enterprise/reach/index.htm

Uma empresa de dimensão verdadeiramente europeia

A recente apresentação em Toulouse da última novidade da família Airbus, o superjumbo A380, testemunha o sucesso da filosofia de coordenação em prol da competitividade, que orienta a política da Comissão no sector aeronáutico.



© Airbus S.A.S. Foto de uma company F. Espinasse

No mundo há apenas dois fabricantes de aviões civis de grande dimensão que podem transportar mais de 100 passageiros: Airbus na Europa e Boeing nos EUA.

Este facto explica a importância que a Comissão dá à criação de um ambiente legislativo, regulamentar e de investigação adequado para um sector que se tornou uma verdadeira indústria europeia nos últimos 20 anos.

O desenvolvimento do maior avião de passageiros do mundo é o último fruto desta política. Demonstra o que se pode alcançar a nível europeu quando diferentes contributos nacionais são coordenados e trabalham em conjunto na forma de transporte que tem registado o crescimento mais rápido, isto num mercado global fortemente competitivo.

Esta apresentação é também um exemplo claro dos benefícios de

elevados níveis de investimento em novas tecnologias de aviões e da capacidade da indústria europeia para introduzir no mercado produtos inovadores antes dos seus concorrentes.

Além disso, a indústria aeroespacial contribui significativamente para o objectivo da União de criar uma economia forte, moderna e competitiva. Emprega directamente mais de 410 000 pessoas, tem um volume de negócios de 74 mil milhões de euros e exporta mais de metade da sua produção, garantindo uma balança comercial positiva de 2 mil milhões de euros para a UE.

A Comissão esteve envolvida de perto no programa A380, através de uma série de políticas.

A certificação é um domínio onde a Comissão garantiu a adaptação das práticas nacionais à chegada de uma indústria e de um mercado europeus. Os Estados-Membros já não precisam de certificar todos os produtos – uma enorme desvantagem a que os concorrentes americanos não estavam sujeitos. Agora, um avião exige apenas um certificado.

O apoio financeiro da UE à investigação aeronáutica em sentido lato começou há 15 anos, com uma acção-piloto de dois anos e um orçamento de 35 milhões de euros. No período actual (2002-2006) o montante passou para 850

milhões de euros, sendo o mais importante programa de investigação aeronáutica da Europa.

A Comissão também assegura a representação da União nas negociações internacionais do comércio. Isto garante que a indústria aeronáutica europeia pode concorrer com outros fabricantes em condições de igualdade, como mostra o recente acordo com as autoridades dos EUA para resolver o diferendo sobre os subsídios aos fabricantes de aviões.

Diferentes serviços da Comissão tratam de questões específicas do ambiente, transportes e comércio e de outras matérias que afectam a indústria aeroespacial. Mas a DG das Empresas e da Indústria tem um papel de coordenação global de todos os aspectos que influenciam a robustez do sector, e ajudou a preparar o terreno para o quadro integrado europeu em que actualmente opera.



DANIEL BUNCH

@ CONTACT:
ENTR-AEROSP-DEF-RAIL-MAR@cec.eu.int

 europa.eu.int/comm/enterprise/aerospace/index_en.htm



© Initiative Umwelt und Papier



Esquerda: uma máquina de papel miniatura é usada para mostrar o fabrico industrial de papel e para atrair jovens para a indústria do papel.

Acima: um novo rótulo, «Madeira e Papel – Oportunidades para Gerações», será atribuído como marca de qualidade a projectos nacionais e europeus relacionados com a juventude, que informem e eduquem jovens sobre as indústrias florestais.

Atrair jovens para uma indústria madura

A Comissão está a apoiar os esforços para mostrar aos jovens como o sector da madeira pode ser uma boa opção de carreira.

O sector da madeira e indústrias derivadas é um dos maiores sectores industriais da UE. Abrange áreas como o trabalho mecânico da madeira; transformação de papel, pasta de papel e cartão; impressão; e a própria actividade florestal. O sector emprega ao longo da cadeia cerca de três milhões de trabalhadores, muitos em zonas rurais, onde há poucas alternativas de subsistência, e representa 9% do valor acrescentado da indústria transformadora europeia.

Em termos de tecnologia e de crescimento, a Europa é o líder mundial e o sector esforça-se por manter e melhorar a sua posição. Permanecer competitivo é vital para atingir esse objectivo.

Mas a percepção de uma indústria pelo público e a sua imagem ajudam também a determinar a

sua competitividade. Por isso, a Comissão e o grupo de trabalho para a comunicação do Comité Consultivo do sector da madeira desenvolveram uma estratégia de informação, destinada a melhor sensibilizar as pessoas para a natureza verdadeiramente inovadora do sector e dos enormes avanços tecnológicos que fez.

Também pretende chamar a atenção para o contributo considerável do sector para o desenvolvimento sustentável. Pode assumir a forma de reciclagem de matérias-primas, gestão cuidadosa de bosques, produção de energia verde, níveis reduzidos de consumo de energia e absorção de CO² por produtos da madeira.

A capacidade de uma indústria para atrair as novas gerações é outro factor que afecta a sua competitividade. Para estar na vanguarda é

preciso atrair os melhores e mais capazes trabalhadores potenciais, que trarão consigo ideias inovadoras e para o futuro.

O sector da madeira pode oferecer carreiras interessantes e compensadoras numa diversidade de áreas. Contudo, os jovens de hoje não conhecem as oportunidades existentes num sector que muitos consideram injustamente ultrapassado e sem interesse.

Para ajudar a contrariar estas falsas ideias, o grupo de trabalho para a comunicação lançou uma iniciativa europeia para promover actividades do sector da madeira orientadas para a juventude. Com a ajuda da rede de EIC da União e com o apoio da Comissão, esta campanha de sensibilização dará relevo às práticas de boa comunicação, inovação e educação. ≡

JEAN-PIERRE HABER

@ CONTACT:
ENTR-FOREST-BASED-INDUSTRY@cec.eu.int



europa.eu.int/comm/enterprise/forest_based/index_en.html

Trabalhar com afinco para desenvolver as relações



© Jean-Michel Dallarme

Quando se analisam as relações internacionais da União Europeia, a nível empresarial e industrial, há uma tendência para as ver em termos dos seus dois maiores parceiros comerciais, os Estados Unidos e a China. Esta abordagem minimiza a importância das outras relações que a Comissão se esforça por desenvolver em todo o mundo, nomeadamente com a Federação Russa, o seu vizinho mais poderoso, e a Índia, a maior democracia do mundo.

A pesar de as relações da União com os seus dois parceiros terem de ser ajustadas para ter em conta os seus interesses muito diferentes, também contêm semelhanças institucionais. Num plano, existem contactos estreitos entre os governos, envolvendo funcionários nacionais e da UE. Noutra plano, a Direcção-Geral das Empresas e da Indústria ajuda a promover contactos directos entre comunidades empresariais, actuando como mediador e contribuindo para a organização de reuniões e mesas-redondas entre empresários. Estas reuniões realizam-se antes das cimeiras bilaterais dos dirigentes nacionais e da UE, para que as suas recomendações sejam incluídas no processo político. É provável que nos próximos meses haja desenvolvimentos significativos na cooperação prática com estes dois países.

No caso da Federação Russa, algumas das principais questões que ocuparam no último ano os responsáveis políticos em Moscovo e Bruxelas – o último alargamento da UE, a ratificação do Protocolo de Quioto sobre alterações climáticas e o pedido de adesão da Rússia à Organização Mundial do Comércio – já estão resolvidas.

Desenvolver uma cooperação regulamentar e industrial mais estreita

Esta situação conduziu a um ambiente mais estável, em que a Comissão, em nome dos Estados-Membros, pode desenvolver uma cooperação regulamentar e industrial mais estreita, e analisar questões práticas que afectam as actividades dos empresários da UE e da Rússia.

As duas partes acordaram, em especial, em continuar a trabalhar para chegar a um acordo na próxima cimeira UE-Rússia, em Maio de 2005, sobre a criação dos chamados quatro «espaços comuns UE/Rússia»: economia e ambiente; liberdade, segurança e justiça; segurança externa; e investigação e educação.

Novo impulso nas relações

A Comissão também procura dar um novo impulso às relações com a Índia, a segunda economia com maior crescimento na Ásia, logo a seguir à China, com previsões de taxas de crescimento anuais de 7-8% nos próximos anos. A publicação em Junho último de uma comunicação que aponta para uma parceria estratégica UE Índia serviu para preparar o terreno.

São aí identificadas várias áreas políticas, económicas e culturais em que a UE considera que uma cooperação mais estreita seria benéfica para ambas as partes. Espera-se que ainda este ano se consiga um acordo final sobre este pacote.

UE-RÚSSIA

CONSOLIDAR RELAÇÕES DE VIZINHANÇA

A crescente interdependência entre a União e o seu maior vizinho, a Rússia, coincide com a determinação da UE de ajudar este país a integrar-se na economia global, apoiando o seu pedido de adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os esforços da DG das Empresas e da Indústria para desenvolver a cooperação não se centram apenas nos direitos aduaneiros, já relativamente baixos, mas também na redução das barreiras não pautais – que podem resultar do sistema regulamentar muito diferente da Rússia – e no estabelecimento de um diálogo industrial eficaz.

A Rússia está a passar por uma grande mudança legislativa, com a reforma do quadro regulamentar que afecta todos os sectores e produtos industriais (normalização e regulamentação técnica). A União está pronta para dar a assistência possível e procura estabelecer contactos regulamentares regulares idênticos ao sistema que criou com a China.

A caminho de um Espaço Económico Comum

O principal objectivo da criação de um Espaço Económico Comum entre a UE e a Rússia é «conseguir a integração económica através de uma progressiva harmonização legislativa e da convergência e compatibilidade regulamentares». Na opinião da Comissão, é essencial que o processo se centre na política industrial e na regulamentação dos produtos industriais.

Um diálogo regulamentar mais forte deve assegurar transparência

e informação, criar um mecanismo formal de consultas entre os reguladores para impedir as barreiras comerciais, incluir formas de resolver os conflitos e ajudar a promover a aproximação legislativa.

A cooperação em questões de política empresarial e industrial deve centrar-se em medidas para melhorar o quadro administrativo e jurídico das PME, alinhar a regulamentação técnica, ambiental e outras, gerir o impacto da reestruturação e analisar as condições específicas para a actividade empresarial e o investimento. Um acordo sobre o Espaço Económico Comum também pode incluir a

extensão à Rússia das redes de apoio às PME da UE.

A Rússia, embora desenvolva esta cooperação e diálogo regulamentares sobre a política empresarial e industrial, pretende igualmente centrar-se nalguns sectores, nomeadamente automóvel, metalurgia, têxteis, bens de consumo, produtos florestais e químicos, medicamentos e telecomunicações.

Os negócios juntam-se à política

A Mesa-Redonda de Industriais UE-Rússia é uma acção orientada para as empresas, apoiada oficialmente pela Comissão Europeia e

TEMPERAR O AÇO



© Corral

Este ano será lançado o «Mecanismo CE-Rússia de reestruturação da indústria do aço», no quadro do Acordo de Parceria e Cooperação. Tendo em conta a importância da siderurgia para a indústria russa na sua globalidade, o projecto pode ter um impacto significativo na perspectiva da adesão à OMC e da criação do Espaço Económico Comum, mas terá igualmente de atender às preocupações do governo russo de que a transição não imponha consequências sociais inaceitáveis.

Gerido no quadro do programa de assistência técnica TACIS, criado em 1991 como principal instrumento da Comunidade Europeia para a cooperação com os países da Europa de Leste, o Cáucaso e a Ásia Central, o projecto ajudará a reduzir as consequências sociais da reestruturação do sector e contribuirá para a aplicação de medidas pertinentes para ajudar as cidades abrangidas a renovarem as suas economias e sociedades.

pelo Governo Russo, e é o único fórum em que os empresários e políticos da UE e da Rússia se reúnem anualmente. Os seus co-presidentes são actualmente o Sr. Jukka Härmälä, CEO da Stora Enso, e o Sr. Anatoly Chubais, CEO da RAO-UES (Unified Energy Systems of Russia).

Na última reunião da Mesa-Redonda – a sexta – em Haia, em Novembro último, os participantes, que constituem uma boa amostra dos interesses empresariais, analisaram a agenda política mais lata, bem como a actividade dos grupos de trabalho sobre sectores específicos, como as indústrias da madeira, TIC, construção e serviços financeiros.

Recomendaram que a Rússia prosiga os esforços para concluir as negociações de adesão à OMC e que a UE continue a apoiar este objectivo. Salientaram também, por exemplo, que o alargamento do

Acordo de Parceria e Cooperação entre a Rússia e a UE-15 aos 10 Membros que aderiram à União em Maio último trará novas oportunidades de desenvolvimento do comércio e de relações económicas. Este acordo prevê a cooperação industrial para reestruturar e modernizar a indústria russa na sua transição para uma economia de mercado plena.

Por último, a Mesa-Redonda instou ambas as partes a prosseguirem o diálogo para o acordo sobre o Espaço Económico Comum e a estabelecerem diálogos específicos nas áreas de interesse prioritário para ambos os lados.

O sector florestal constitui um exemplo claro de interesses complementares. A União é um grande consumidor de produtos florestais russos e um importante fornecedor de máquinas aos produtores russos. A investigação e a cooperação técnica são do

interesse de ambas as Partes, tal como a eliminação dos complicados procedimentos de importação e exportação.

Olhando para o futuro, a Mesa-Redonda salientou a necessidade de convergência regulamentar, através da harmonização das normas russas com as práticas internacionais e europeias, e de liberalização do comércio e do investimento, com o objectivo final de criação de um área de comércio livre. Os progressos serão avaliados na próxima reunião da Mesa-Redonda a realizar na Rússia, em Outubro. ≡

ALEXANDRA SÁ CARVALHO

@ CONTACT:
ENTR-EXTERNAL-ASPECTS@cec.eu.int

 europa.eu.int/comm/enterprise/enterprise_policy/business_dialogues/russia/russiaoverview.htm

UE-ÍNDIA

COOPERAÇÃO ENTRE AS DUAS MAIORES DEMOCRACIAS DO MUNDO



© Cortesi de Shan Electronics

Fabrica de aparelhos electrónicos,
New Naroda, Índia

A União Europeia é o maior parceiro comercial da Índia e a sua principal fonte de investimento estrangeiro. Mas a Índia é apenas o 14º parceiro comercial da UE, atrás de países como a China, Brasil e África do Sul. Os volumes de comércio e de investimento estão muito abaixo do seu potencial.

Corrigir esta situação exige acções em diversas frentes. Para assegurar o necessário enquadramento, a Comissão propõe a criação de uma vasta parceria estratégica, para dar novo ímpeto à cooperação política, económica e cultural. Contactos mais estreitos a nível regulamentar e industrial são uma vertente importante desta nova relação.

Na comunicação que publicou em Junho último, a Comissão identificou alguns sectores-chave – espaço, energia, transportes e sociedade da informação – em que a realização de contactos mais estreitos trará benefícios mútuos.

Propôs igualmente medidas práticas para impulsionar os fluxos comerciais e financeiros, como a criação de um mecanismo de «balcão único», para assegurar ao sector privado de cada país informações globais e aconselhamento sobre normas, regulamentos técnicos, procedimentos aduaneiros e impostos.

Esta parceria estratégica assentará nos muitos contactos já existentes.

Um dos mais importantes é a iniciativa conjunta para aumentar o comércio e o investimento. Desde Fevereiro de 2001, esta iniciativa proporcionou às empresas e responsáveis políticos um fórum para seleccionar sectores de importância estratégica e debater as barreiras comerciais e regulamentares que possam surgir.

Até à data foram identificadas oito áreas que merecem especial atenção. Destas, os têxteis, construções mecânicas, indústria alimentar e biotecnologia são da competência da DG das Empresas e da Indústria.



Fábrica de vestuário em Tamil Nadu

Outros sectores de potencial interesse são os medicamentos, indústria automóvel, comércio electrónico e outsourcing. A Índia é o maior produtor mundial de medicamentos genéricos e a base de 70% do outsourcing global, sendo a maior parte proveniente dos Estados Unidos. Embora não seja um importante fabricante de automóveis, o país ganha cada vez mais relevo como fabricante de componentes de veículos.

Em 2004 foi lançado o Programa de Desenvolvimento do Comércio e Investimento CE-Índia, que visa melhorar a governação económica, tendo em vista melhorar os fluxos comerciais e o investimento.

Desenvolver uma parceria estratégica

A 5ª Cimeira UE-Índia, realizada no início de Novembro, aprovou este passo para uma nova era de relações bilaterais e fixou o objectivo de se chegar a acordo sobre um plano de acção pormenorizado neste Outono.

Entre os muitos compromissos específicos, os líderes concordaram em promover a cooperação entre associações empresariais e organizar seminários conjuntos sobre a construção automóvel,

genética e ciências da vida e nanotecnologia.

Também apoiaram a ideia de se organizar regularmente uma mesa-redonda de dirigentes de empresas. A primeira realizou-se no mesmo mês nos Países Baixos e permitiu que o Primeiro-Ministro indiano, Manmohan Singh, e o seu Ministro do Comércio e Indústria, Kamal Nath, discutissem com diversos CEO europeus as principais questões com que se defrontam no comércio com a Índia.

Estas iniciativas destinam-se a dar maior coerência às relações bilaterais, que datam do início dos anos 60, altura em que a Índia foi um dos primeiros países a estabelecer ligações com a União Europeia. Cerca de 30 anos mais tarde, as duas partes assinaram um acordo de cooperação e, em 2000, a parceria avançou com a decisão de realizar cimeiras bilaterais regulares.

No entanto, o crescente volume de contactos a nível político, administrativo e empresarial e a existência de diversos comités e grupos de trabalho nem sempre deram os resultados esperados, possivelmente devido à ausência de procedimentos de acompanhamento bem definidos.

A parceria estratégica pretende corrigir esta situação. A UE e o Governo da Índia, que entrou em funções em Maio último, estão a elaborar um plano de acção, a definir os sectores prioritários e a estabelecer calendários de execução. Este exercício deve estar concluído e a parceria acordada na próxima cimeira UE-Índia, a realizar em Setembro em Nova Deli, sob a Presidência britânica da UE. ≡

SERAFIN GONZÁLEZ SÁNCHEZ

@ CONTACT:
ENTR-EXTERNAL-ASPECTS@cec.eu.int

 europa.eu.int/comm/enterprise/enterprise_policy/business_dialogues/india/eu_india_overview.htm



Damos resposta às suas necessidades?

Está satisfeito(a) com os temas tratados neste boletim?
Como é que poderemos melhorar o sítio web?

Estamos a ponderar como é que a *Empresa Europa* deve evoluir no futuro e gostaríamos muito de contar com a sua resposta ao nosso inquérito aos leitores, que vai ser lançado em breve. Uma Actualização de Informação anunciará quando esta consulta em linha ficar disponível. Se ainda não é assinante deste serviço de alerta por correio electrónico, pode registar-se utilizando a ligação existente na página web do boletim:

 [europa.eu.int/comm/enterprise/library/
enterprise-europe/](http://europa.eu.int/comm/enterprise/library/enterprise-europe/)

